
RESENHA

**CRECHE E FEMINISMO DESAFIOS ATUAIS PARA UMA EDUCAÇÃO
DESCOLONIZADORA**

Claudemir Dantes da Silva*

FINCO, Daniela¹; GOBBI, Márcia²; FARIA, Ana Lúcia Goulart³ (org.). *Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica: Associação de leitura do Brasil- ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas- FCC, 2015.

O livro pretende problematizar os diferentes momentos da história da educação brasileira, o contexto político nacional e mapear as conquistas e os desafios atuais, levando em consideração as perspectivas feministas e os estudos de gênero. Mais especificamente considerar a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas para a infância, iniciado pela contribuição dos movimentos feministas. Busca o desafio de traçar um paralelo dos direitos das mulheres e das crianças na reivindicação do direito a creche como direito das crianças e opção das famílias. A pesquisadora Fúlvia Rosemberg está presente ao longo dos textos em reconhecimento a sua grande contribuição à história da Educação Infantil no Brasil, especialmente considerando temáticas em que foi pioneira como: creches, gênero, sexo, relações de poder, relações étnicas raciais, entre outras, na pesquisa com crianças pequenas.

O primeiro capítulo, *A participação feminista na luta por creche*⁴, apresenta uma discussão que envolve a história da Educação Infantil no Brasil e o papel dos movimentos feministas impulsionando mudanças, especialmente nas formas de conceber as creches por parte do poder público no final do século XX. A movimentação em torno da temática creche evidenciou o assunto, de modo a equipará-lo a assuntos importantes como a oposição a ditadura e a defesa da democracia que a partir de 1975 ganha apoio da imprensa, mostrando aos líderes políticos da época, a importância da

* Mestre em educação pela UFGD, Universidade Federal da Grande Dourados e coordenador geral do Centro de Educação Infantil da UFGD.

¹ Professora doutora do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo, (INIFESP)

² Professora doutora na Universidade de São Paulo, Departamento de metodologia de ensino e educação comparada.

³ Professora doutora da FE- UNICAMP. Coordenadora do GEPEDISCI linha Culturas infantis.

⁴ Maria Amélia de Almeida Teles, Bacharel em direito, ativista feminista e de direitos humanos.

pauta em questão e a força do movimento feminista até então sufocado, além do fato de que a “creche não é um problema individual, mas uma questão social”. Destaca ainda o lugar da luta, das feministas, do movimento de mulheres e de outros segmentos sociais impulsionando, a partir da Constituição Federal de 1988, a existência e o lugar da criança como “sujeito de direito”.

“*A fertilidade me sufoca*” *maternidade, feminismo e creche: algumas interlocuções*⁵, o segundo capítulo problematiza, o que a autora chama de desafios contemporâneos: A sexualidade contemporânea e a violência contra as mulheres, tendo a creche como projeto revolucionário de responsabilidade coletiva. O artigo destaca dentre as várias referências citadas pela autora, Elisabeth Badinter e seu clássico livro, *Um amor conquistado: O mito do amor materno* publicado em 1980. A obra apresenta o modo como historicamente esse mito foi construído, especialmente a partir das relações de gênero, que mesmo se tratando da história francesa, reverbera em todo o mundo, considerando a hegemonia patriarcal. De acordo com a pesquisadora os processos de exploração e opressão das mulheres se materializam no corpo e podem ser entendidos a partir de dois princípios: os direitos reprodutivos e os nós sociais, históricos e culturais sobre a sexualidade feminina.

Dando sequência a leitura do livro *Creche e feminismo*, encontramos o texto, *Direito à creche: um estudo das mulheres operárias de Santo André*⁶. Discute as lutas das mulheres operárias, para conseguir vagas nas creches públicas e está baseado na pesquisa de mestrado (UNICAMP) da autora, e reafirma a história das creches e também a história das mulheres operárias vendendo sua mão de obra, ou nas fábricas, ou mesmo no invisível do trabalho doméstico, nas palavras da autora. As discussões tiveram como cenário a cidade de Santo André, cidade do ABC paulista, região privilegiada pela forte industrialização se destaca a partir de 1970, pelo movimento sindical, que embora importante, não evidenciou as mulheres. Os sujeitos da pesquisa, no caso, mães trabalhadoras, chefes de lar em torno de doze pessoas, cujas crianças frequentavam a mesma creche e o objetivo era saber o que motivou as mães a matricularem seus filhos na creche.

⁵ Adriana Alves, Pedagoga, doutora em educação, pesquisadora do GEPEDISC/ UNICAMP.

⁶ Reny Scifone, mestre em educação pela UNICAMP, professora da educação infantil de Santo André/ SP.

*Os direitos das crianças no centro da luta por creche*⁷, quarto capítulo da obra, apresenta um recorte temporal compreendendo os anos 1970 e 1980 e problematiza os discursos proferidos pelos jornais *Brasil Mulher e Mulherio*, que reivindicaram as lutas por creches em São Paulo, disseminando a ideia de que as crianças são de responsabilidade coletiva. Os jornais foram escolhidos, de acordo com a autora, por representar o movimento feminista da época e seus posicionamentos políticos. Em uma das seções intitulada *O direito à educação desde o nascimento*, Macedo destaca que as discussões envolvendo a criança pequena na esfera pública, foram apoiadas por profissionais das mais variadas áreas do conhecimento e que contribuíram também para dar visibilidade a criança e a educação infantil, considerando a criança e suas características peculiares.

*A generificação da docência na Educação Infantil: desconstruindo lições presentes em livros de formação de professores/as*⁸ é o título do quinto capítulo, que inicia com a pergunta norteadora: Como discursos generificados presentes em livros de formação de professores/as de educação infantil ensinam determinados modos de exercício da docência com crianças pequenas? Para problematizar a questão o pesquisador se utiliza das contribuições de Michell de Foucault e dos estudos de gênero. Introdutoriamente apresenta duas obras de formação de professores, uma da portuguesa Tereza Maria Senna Vasconcelos, *Ao redor da mesa grande: a prática educativa de Ana*, 1997 e outra da espanhola, Maira Carmem Díez Navarro, *Afetos e emoções no dia a dia da educação infantil*, 2004. A partir das contribuições de Foucault, o pesquisador tenta compreender como os discursos, presentes nos livros, constituem os sujeitos e os objetos dos quais tratam prescrevendo um modelo de professora para atuar na educação da criança pequena.

O próximo capítulo, *A política de creches do PAC-2 e o cuidado: análise na perspectiva da indivisibilidade e interdependência de direitos*⁹. Inicia dizendo que o cuidado e o feminino são faces da mesma moeda. Explica que normalmente são as mulheres que estão em situações de cuidados, seja de crianças, adultos ou idosos e que isso se dá devido às diferenças de gênero nas relações sexuais de trabalho, que termina, como já apontando nos textos anteriores, atribuindo à mulher a função de reprodutora e

⁷ Elina Elias Macedo, Doutoranda em educação pela UNICAMP, membro do GEPEPISC.

⁸ Rodrigo Saballa, doutor, professor adjunto do curso de pedagogia da UFFS.

⁹ Mariana Mazzini Marcondes, doutoranda em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas.

ao homem a função de produção social. A CF/88 é citada como um marco no que se refere à garantia de direitos às crianças, que passaram a ser cuidadas e educadas em instituições de educação infantil, no entanto, também enfatiza que as práticas sociais de cuidado caracterizam-se pela interação entre quem cuida e quem é cuidado, considerando a interdependência nas relações. Enfatiza o Estado que deve se organizar, em regime de colaboração federativa entre União, estados, municípios e distrito Federal e de forma intersetorial, órgãos de assistência social, saúde, política para as mulheres e etc. Reconhece os avanços no que a autora chama de arquitetura do Estado, mas ainda há muito a se fazer quanto às questões setoriais, que terminam deixando para os órgãos responsáveis pela política educacional o financiamento e funcionamento das instituições de educação infantil.

*Lápis vermelho é de mulherzinha. Vinte anos depois...*¹⁰, é o penúltimo capítulo. A pesquisadora discorre sobre as concepções de gênero, enfatizando que a temática está em discussão na atualidade, apontando que tais concepções são construções sociais e culturais, embora muitas vezes naturalizadas. O título do artigo inspirou-se na dissertação de mestrado defendida há vinte anos, na Unicamp sob orientação de Ana Lucia Goulart de Faria, uma das organizadoras desse livro, trata-se de uma frase proferida por uma das crianças, com as quais a pesquisadora interagiu, em sua pesquisa de campo em uma EMEI, na região noroeste, periferia da cidade de São Paulo. A proposta apresentar uma nova pesquisa, na mesma EMEI e fazer outra coleta de desenhos verificando os pensamentos das crianças atuais em comparação as de vinte anos atrás. Os procedimentos metodológicos destacaram-se por materiais utilizados como recurso na construção dos desenhos. Atualmente os desenhos de uma criança representavam os familiares com a cor preta, já que seriam negros, enquanto que, em outros tempos, se pedia a cor “de pele”. Os desenhos ainda retrataram as mães em trabalhos domésticos, enquanto os pais ficavam sem nada fazer, evidenciando a relação de poder desigual na divisão dos trabalhos domésticos.

O último capítulo do livro, *A cidadania dos bebês e os direitos de pais e mães trabalhadoras*¹¹. A educação infantil é apresentada como um subsetor das políticas educacionais. É feita uma análise da educação infantil na América Latina nas últimas

¹⁰ Marcia Gobbi, Professora doutora da Universidade de São Paulo.

¹¹ Fúlvia Rosembeg, (*in memoriam*), doutora, atuou em pesquisas na área de Psicologia Social e Estudos Sociais da Infância, principalmente nos seguintes temas: relações de gênero, relações de idade, ação afirmativa, educação e educação infantil.

décadas, enfatizando a invisibilidade dos bebês e a pré-escola sendo operacionalizada como preparação para o ensino fundamental. O século XX aparece como importante, no que se refere às práticas educacionais com as crianças pequenas, já que a educação da mesma passou a ser compartilhada com um adulto especialista, saindo do espaço puramente doméstico. É importante pensar que isso contribuiu para que a educação possa ser pensada com características científicas, bem como amparada pelas políticas públicas. A invisibilidade dos bebês e da creche é outro aspecto discutido pela pesquisadora, que para elaborar o presente artigo recorreu a diversos documentos produzidos por agências multilaterais como UNESCO, OCDE, CEPAL, ONU, OIE, UNICEF, procurando estatísticas de frequência das crianças de dois a três anos, o que não foi encontrado, considerando a abrangência dos países ibero-americanos. A ausência de tais estatísticas corrobora de forma negativa, para que se possam pensar estratégias que delimitem problemas sociais a serem inseridos na pauta das políticas públicas, bem como contribui com a cisão creche e pré-escola. O artigo faz sugestões e alertas no que se refere à educação infantil e enfatiza a necessidade de dar visibilidade aos bebês. Acabar com o estigma sobre as creches públicas e divulgar o trabalho desenvolvido por estas instituições, sempre se propondo a avaliá-lo, repensando estratégias, se necessário.

Em suma, a obra aqui apresentada perpassou por distintos momentos da história da educação no Brasil, destacando os caminhos percorridos, para que as crianças fossem consideradas cidadãs de direitos e a educação infantil reconhecida como etapa da educação básica. Como o próprio título já nos mostra, a ênfase foi dada ao movimento feminista e, inevitavelmente as relações de gênero. No que refere a educação infantil todas/o foram enfáticas/o ao chamar a atenção para as políticas públicas. É necessário considerar as instituições de atendimento às crianças pequenas, especialmente as públicas, como um direito das crianças, mas também de seus pais. Todos os artigos, salvo o de Rodrigo Saballa, (talvez por razões óbvias), não faz inserção de gênero masculino e feminino, ao se referir ao professorado da educação infantil. É importante considerar que, mesmo o livro retratando um determinado momento histórico, e apesar das lutas históricas do movimento feminista e também de mulheres, hoje os espaços educacionais infantis, são também permeados por pessoas do sexo masculino, portanto é coerente ao se referir às/os professoras/es, que seja mantido o feminino primeiro, haja vista, que são maioria, mas que se insira também o masculino, considerando a

existência desses profissionais. A relevância da obra é incontestável. A leitura é bastante prazerosa e nos remete à reflexão sobre o lugar ocupado pelas mulheres ao longo da história, bem como seu processo de emancipação, não sem lutas, mas com resultados perceptíveis e que beneficiaram principalmente as crianças.

Recebido: 21/02/2015

Aprovado: 15/05/2015